

INTRODUÇÃO

No Brasil, uma infinidade de estudos, clássicos e contemporâneos, procurou abordar o desenvolvimento da cultura política nacional através da compreensão do relacionamento que o homem comum (ou cidadão) estabelece com suas instituições. Seja nas abordagens clássicas do pensamento social brasileiro que visou analisar o impacto de nosso peculiar processo de modernização política na formação do caráter nacional¹, seja em investigações recentes que procuram entender a formação da opinião democrática entre os indivíduos, entende-se que essa agenda de pesquisas precisa avançar para novas direções. Nesta medida, o presente trabalho tem por objetivo perceber em que medida a cultura cívica e a percepção sobre a esfera pública e os direitos de cidadania, levando em conta expectativas em relação ao arranjo societário vigente e a confiança nas instituições da sociedade, podem estar desenvolvendo aquiescência mais fortalecida ao regime político democrático brasileiro. A sugestão principal é que, segundo a opinião de um público particular – jovens do Rio de Janeiro, alunos do ensino médio da rede pública e particular –, criando-se condições favoráveis ao regime democratizante, os padrões de “confiança nas instituições da sociedade” (partidos políticos, polícia, família, entre outras) poderiam modificar um certo padrão relações estabelecidos entre o cidadão e as instituições sociais, possibilitando “*compliances*” (ou aquiescência) mais fortes e duradouras.

Portanto, a pesquisa procura dialogar criticamente com alguns diagnósticos consagrados nas Ciências Sociais, brasileira e internacional, que estão profundamente referenciados pelas teorias de modernização. Assim, tal

¹ As investigações sobre “*national character*” foram amplamente disseminadas após a II Guerra Mundial. Conduzidas por grupos de antropólogos, na então denominada “escola de cultura e personalidade”, essas pesquisas influenciaram em inúmeros aspectos a geração de sociólogos e cientistas políticos que se debruçaram sobre estudos comparativos entre culturas políticas nacionais. Para mencionar apenas dois exemplos de antropólogas consagradas nesse corte de estudos, podemos citar as obras de Ruth Benedict (*Patterns of Culture*, New York, Penguin Books, 1934) e Margareth Mead (“The study of national character”, in, Daniel Lerner and Harold D. Lasswell, *The Policy Science*, Stanford, Stanford University Press, 1951).

como será discutido, o Brasil seria apenas mais um caso de ‘modernidade atrasada’ – em relação ao desenvolvimento anglo-saxônico e europeu – em diversas esferas (política, econômica, social e cultural)². Da mesma forma, toda uma literatura internacional, clássica e contemporânea, procura reificar o fato de que diferentes nações produzem, constroem, diferentes padrões de cultura política e cívica; e que, para tanto, existiriam modelos ideais (ou padrões) nacionais de cultura política e cívica mais adiantados que outros³. Oferecemos aqui um debate crítico-reflexivo sobre esses paradigmas: até que ponto poderíamos concordar esses diagnósticos? Ou, até que ponto nosso objeto de pesquisa, de fato, responde positivamente aos dados apresentados por tal literatura?

A pesquisa toma impulso com a análise dos resultados de uma outra investigação – *Juventude, Cultura Cívica e Cidadania*, realizada no âmbito do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio, entre 2003 e 2007 –, mais extensa, que procurou compreender a questão da cidadania e da cultura cívica, relacionada à juventude do Rio de Janeiro. Esta trabalhou com a hipótese, correlata à nossa, de que jovens entre 16 e 18 anos de idade do ensino médio, que cresceram em um período de consolidação democrática, vivenciam uma cultura política afim com o enraizamento cada vez mais crescente dos direitos humanos e das novas possibilidades de participação na esfera pública. Os dados desta pesquisa possibilitam um olhar, ora panorâmico ora aprofundado, sobre como os jovens constroem uma visão crítica acerca da cultura política nacional. Respondem, assim, de forma crítica e oposta, em certa medida, as indagações levantadas em torno dos dados apresentados pela literatura das Ciências Sociais, brasileira e internacional.

Neste sentido, a inserção do trabalho na agenda de pesquisa da Sociologia Política cumpre dois objetivos. O primeiro deles está associado à idéia de que, se a conformação de regimes democráticos deve levar em consideração a “cultura” – tal como afirma o conjunto de intervenções organizadas por Lawrence Harrison e Samuel Huntington (2000), intitulada *Culture matters: how values shape human*

² Optamos, neste caso, em trabalhar com autores que se referem a uma ‘constituição perversa’ do campo político brasileiro – e suas conseqüências na conformação da identidade cívico-democrática entre os brasileiros. Assim, deixamos de lado uma série de autores (particularmente aqueles vinculados a Escola de Sociologia Paulista) que interpretam o momento liberal brasileiro através da inserção das classes no sistema social total.

³ Que, como de resto, acompanha toda literatura que se encarregou da separação entre nações de ‘centro’ e de ‘periferia’ do desenvolvimento político e econômico.

progress –, a existência do personagem principal da democracia, o *homo civicus*, é essencial. Este empresta significado ao campo político na medida em que representa um tipo de indivíduo moldado e socializado em um ambiente cultural de valores morais, tais como, virtude, civismo e valorização da comunidade. Em que pese as inúmeras críticas feitas a esta categoria, inclusive a incapacidade desta em ser refletida no caso brasileiro, nesta pesquisa acreditamos que o tipo ideal do *homo civicus* se aproxima das tendências atuais da maré crescente de “*cidadãos críticos*” (NORRIS, 1999). Dentre uma variedade de pesquisadores – a maioria deles internacionais – a hipótese principal refere-se ao fato de que o descrédito crescente vivido pelas instituições públicas no mundo democrático, longe de romper os elos entre a sociedade e o Estado, está criando cidadãos mais sofisticados e críticos, em termos de expressão da opinião em espaços públicos; em outra chave de análise, similar a esta, a expansão de uma “*critical citizenship*” corresponderia a uma “*radicalização da democracia*”, nos termos expostos por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2006 e 1995).

Para tanto, trabalhamos com duas principais fontes: teóricas e empíricas. As abordagens teóricas a que se filia este trabalho sustentam a visão de que, sem aquele pano de fundo cultural – em que são socializados os cidadãos comuns –, regimes democráticos não se legitimam plenamente. Consideramos, neste sentido, que a experiência brasileira com os valores democráticos é recente e vive, atualmente, um aprofundamento crítico. Este aspecto será contemplado através dos recursos teóricos oriundos, ora do pensamento social brasileiro (que interpreta a construção da identidade política entre os cidadãos), ora de conceitos das teorias sociais modernas (tais como, espaço público, cidadania, cultura cívica, confiança, entre outros). Na parte empírica da pesquisa (que perpassa todos os capítulos), procurou-se apontar o modo pelo qual a hipótese levantada acima ganha relevo através da expressão de jovens do Rio de Janeiro e confere validade à idéia de que *a “cultura importa” e constitui elemento central na conformação de regimes democráticos.*

Esta é uma tese que remonta, pelo menos, aos trabalhos clássicos de Max Weber e Alexis de Tocqueville. Ambos apontaram para a importância das *idéias* e *valores* na construção social de sistemas e regimes políticos; e para o fato de que, o conjunto de idéias ou valores previamente compartilhados (ou as “*compliance*”

ideologies”, termo emprestado de Richard Wilson) levaria sistemas sociais e regimes políticos ao desenvolvimento de rotas de modernização afins, ora à democratização fundamental, ora a modelos tirânicos. Feitas as devidas atualizações para contextos sociais tão diversificados, extensas coleções de dados sobre opiniões e valores que conformam culturas políticas nacionais, produzidos através da aplicação de *surveys* mundiais por diversos institutos, tais como Eurobarômetro, *World Values Surveys* e Latinobarômetro, afirmam a importância de determinados indicadores atitudinais para o funcionamento de instituições democráticas.

Particularmente, as investigações interessadas em um público jovem (entre 16 e 18 anos de idade), dentre as quais esta dissertação procura ser uma amostra, tem a vantagem de se debruçar sobre uma geração nascida e criada em período ininterrupto de consolidação democrática. Para além das adversidades de um contexto social, como o brasileiro, onde persistem extremadas desigualdades educacionais e no acesso aos direitos de cidadania – como se poderá constatar na leitura dos capítulos –, esses jovens que participaram da pesquisa *Juventude, Cultura Cívica e Cidadania*, possuem escolarização suficiente para maior elaboração cognitiva e reflexiva acerca de temas que exigem a expressão da opinião sobre assuntos que impactam não apenas em círculos privados (família e amigos, por exemplo), mas também na sociedade como um todo. No que se refere à especificidade da questão da “juventude”, seguindo as detalhadas apreensões de Pierre Bourdieu, sendo esta apenas uma palavra,

“seria preciso pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes, ou, para encurtar, as duas juventudes. Por exemplo, poderíamos comparar sistematicamente as condições de vida, o mercado de trabalho, o orçamento do tempo, etc., dos ‘jovens’ que já trabalham e dos adolescentes da mesma idade (biológica) que são estudantes: de um lado as coerções do universo econômico real, apenas atenuadas pela solidariedade familiar; do outro, as facilidades de uma economia de assistidos quasi-lúdica, fundada na subvenção, com alimentação e moradia e preços baixos, entradas para teatro e cinema a preço reduzido” (BOURDIEU, 1983, p. 113).

Ou seja, seria preciso que essas percepções – tal como faremos – fossem desagregadas, de forma tal que as definições para “juventude”, reflitam as *“disputas nos campos políticos e econômicos”* (NOVAES, 2006, p. 105). Tal

como veremos, essas percepções que a juventude tem sobre si mesma e sua condição num mundo globalizado, pós-industrial ou pós-moderno, ou ainda, de modernidade tardia⁴, precisam ser separadas porque correspondem, sempre, a visões de mundo diversificadas, orientadas pelo campo específico de origem (ou aquele em que se encontram).

É importante ressaltar que as conclusões que procuramos apontar, desconstruem duas versões de reflexão sobre cultura política e cívica no Brasil. A primeira versão é aquela condicionada por uma literatura que interpreta a nação através de uma chave de leitura do atraso. Muito embora as constatações de uma variedade de autores estejam condizentes com nossas realidades mais perversas (como a falta de coesão social entre os brasileiros, ou o agravo de uma cultura do campo político – burocracias, instituições representativas – engessada em engrenagens corporativistas, muitas vezes estranhas à realidade do cidadão comum), há novidade nessas versões quando nos deparamos com um público jovem que tece uma leitura bastante consistente e crítica, e que, portanto, estão suportados por uma “*habituação democrática*”. Esta expressão, como nos esclarece José Álvaro Moisés, “*corresponde ao modo como líderes políticos e públicos de massa, ao romperem com suas práticas autoritárias pregressas, acostumam-se aos procedimentos democráticos*” (MOISÉS, 1995, p. 20). Em um segundo processo de desconstrução, decorrente do primeiro, procuramos demonstrar que a juventude, longe de estar associada a adjetivos como *alienada* e *apolítica*, vem se mostrando como um público de massa reflexivo, que sabe apontar para os problemas nacionais e identificam as causas destes.

Antes, porém, de apresentar a estrutura dos capítulos deste trabalho, é necessário descrevermos um pouco sobre a origem das fontes de dados empíricos.

⁴ Muito embora as terminologias citadas sejam diversificadas segundo a perspectiva de cada autor, podemos entender por “globalização” (Zygmunt Bauman, *Globalização: as consequências humanas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999), “pós-industrialismo” (Ronald Inglehart, *Modernization and Postmodernization*, Princeton, Princeton University Press, 1997), “pós-modernidade” (David Harvey, *Condição Pós-moderna*, São Paulo, Edições Loyola, 2005) e “modernidade tardia” (Giddens, 1991), momentos fenomênicos de mudança estrutural da ‘civilização ocidental moderna capitalista’, onde as instituições sociais dessa configuração sofrem alterações substantivas – para alguns desses autores ‘radicais’ – nas esferas da vida pública e privada.

Notas sobre a metodologia de trabalho e sobre o objeto pesquisado

A pesquisa *Juventude, Cultura Cívica e Cidadania* – que este trabalho toma como fonte de dados empíricos –, procurou apontar para a dimensão cívica no universo juvenil através da reflexão sobre os padrões de cidadania, “*forjados a partir da relação entre a cultura política de cada sociedade e suas instituições*” (PAIVA & BURGOS, 2003: 2). Em sua fase inicial, foram ouvidos jovens de classe média e média alta, selecionados em três áreas do Rio de Janeiro – Zona Sul, Barra e Tijuca –, com o objetivo de auferir as percepções que eles têm de temas cruciais, como cidadania, cultura política, identidade nacional, entre outros. Para tanto, foram entrevistados jovens selecionados nas melhores escolas dessas três regiões da cidade, ou seja, jovens com “*capital cultural*”, no sentido empregado por Bourdieu (1998), partindo da premissa de que eles reúnem as condições de serem reflexivos quando questionados sobre temas que vão além de seu mundo da vida imediato. Em um segundo momento, a mesma pesquisa pôde ser ampliada para estudantes do ensino médio da rede pública de ensino, nas mesmas áreas da cidade, contemplando a mesma metodologia de trabalho: aplicação de um *survey* seguido de *grupos focais*⁵. Ainda, em um terceiro momento, foram escutados jovens da rede pública, que vamos chamar aqui, de “*excelência*”; são aqueles alunos que estudam nos dois Colégios de Aplicação (CAPs) e no Colégio Pedro II.

A investigação contemplou, portanto, 24 escolas na cidade do Rio de Janeiro (11 públicas e 13 particulares), em regiões de maior concentração de renda do universo urbano carioca.

Adotou-se a separação e categorização dos colégios a partir do critério de desigualdades entre diferentes ‘tipos’ de escolas. Assim, dois fatores foram relevantes ao mostrar essas diferenças entre escolas da *rede privada e da rede pública de “excelência”* e escolas da *rede pública*: (1) escolas de elite (rede privada e rede pública de “*excelência*”, cujo aluno possui renda média ou média alta) e escolas públicas (cujo alunado é de baixa renda); e (2) as notas do Exame

⁵ A descrição da pesquisa, bem como de suas etapas, tomou como referencial o projeto escrito pela Professora Ângela Randolpho Paiva (2008, mimeo).

Nacional do Ensino Médio (ENEM), cujo resultado demonstra a disparidade de nível de ensino entre esses colégios.

QUADRO 1

ESCOLAS DAS REDES DE ENSINO PÚBLICAS E PRIVADAS ABORDADAS

REDE PARTICULAR	REDE PÚBLICA DE “EXCELÊNCIA”	REDE PÚBLICA
<p>ZONA SUL:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Colégio Andrews - Colégio São Vicente - Colégio Santo Agostinho (unidade Leblon) - Escola Parque - Colégio Teresiano - CEAT - Colégio Santo Inácio <p>TIJUCA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Colégio Palas - Colégio Marista São José - Colégio Santa Tereza de Jesus <p>BARRA DA TIJUCA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Colégio Santo Agostinho (unidade Barra) - Colégio Anglo-Americano - Colégio Saint Jonh 	<p>ZONA SUL:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Colégio Pedro II (unidade Humaitá) - Colégio de Aplicação da UFRJ <p>TIJUCA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Colégio de Aplicação da UERJ - Colégio Pedro II (unidade Tijuca) 	<p>ZONA SUL:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Colégio Estadual (C.E.) André Maurois - C.E. Infante D. Henrique - C.E. Amaro Cavalcanti - C.E. Antônio Maria Teixeira <p>TIJUCA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - C.E. Prado Junior - C.E. Herbert de Souza <p>BARRA DA TIJUCA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - C.E. Vicente Januzzi

QUADRO 2

CATEGORIZAÇÃO DAS ESCOLAS SEGUNDO RESULTADOS DO ENEM

<p>Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM (notas / Rio de Janeiro):</p>
<p>Escolas <u>Particulares</u> e <u>Públicas de “excelência”</u>: entre 70.0 e 90.0</p>
<p>Escolas <u>Públicas estaduais</u>: entre 40.0 e 60.0</p>

A idéia da pesquisa, que aplicou mil⁶ questionários e realizou 15 grupos focais nas escolas mencionadas, é analisar alguns tópicos importantes acerca da construção de uma opinião democrática afim com a noção de cultura cívica esposada por uma infinidade de investigações brasileiras e internacionais. Assim, serão utilizados dados quantitativos (oriundos do *survey*) e qualitativos (recolhidos nos grupos focais). As falas/opiniões dos jovens serão utilizadas para matizar os resultados quantitativos (aqueles que aparecem nas tabelas). Podem ser citados abaixo aqueles pontos que serão contemplados nesta dissertação:

- Construção identitária juvenil: medos e expectativas;
- Identidade cívica e nacional;
- Percepção da cidadania;
- Relação de confiança nas instituições básicas da sociedade.

No capítulo seguinte, este trabalho procurou apontar para as suas filiações teóricas principais e para como os jovens do Rio de Janeiro constroem uma versão reflexiva a respeito de sua identidade e dos medos e expectativas relacionadas à sua inscrição no mundo contemporâneo. Para tanto, procuramos produzir uma genealogia dos estudos pioneiros sobre cultura política e cívica e, em seguida, apontar para o modo como essas reflexões impactaram o pensamento social brasileiro. Com relação às pesquisas de corte culturalista, procuramos apontar para algumas categorias e conceitos consagrados que – muito embora à vaga de controvérsias – continuam orientando análises e interpretações acerca do desenvolvimento de uma cultura democrática no globo. Em que pesem as variadas críticas feitas por autores brasileiros a estes estudos – a mais forte delas relaciona a falta ou ausência de cultura cívica entre os brasileiros – procuramos demonstrar que o senso de civismo começa a se esboçar na capacidade reflexiva que o público de massa (jovens da rede pública e privada de ensino) tem de expressar sua visão acerca de sua condição no mundo.

No terceiro capítulo, procurando aprofundar a condição de “*cidadãos críticos*” – tal como caracterizamos esses jovens – nos debruçamos sobre as relações entre espaço público e cidadania e a forma como estes conceitos são

⁶ O questionário da pesquisa segue em Anexo, p. 89.

entendidos, tanto nos estudos brasileiros como pelo público investigado. A diferença entre a construção de teorias e conceitos feita por autores consagrados (Habermas, Marshall, Walzer, entre outros), e as reflexões sobre as condições de desenvolvimento da cidadania e do espaço público no Brasil, será demonstrada através de como estes dois conceitos foram apreendidos para compreensão dos desdobramentos e transformações do mundo moderno. Em que pesem algumas reflexões brasileiras identificarem uma *malaise* de formação – e o impacto desta na cultura e sociabilidade do cidadão comum – inúmeros autores vêm apontando para novas configurações e representações de cidadania e espaço público no Brasil. A pesquisa empírica com os jovens procurou demonstrar de que forma essas novas configurações e representações são apropriadas criticamente por este público.

Finalmente, o quarto capítulo aponta para a importância que o contexto cívico exerce na formação da opinião sobre a cultura política. Tal como procuramos demonstrar, a *adesão* ao regime democrático, necessariamente, não implica *satisfação* com o sistema político oriundo deste regime. Esta tese é amplamente desenvolvida através de recursos ao pensamento brasileiro (que reflete sobre as condicionantes e construções de nossas “gramáticas políticas”) e a uma variedade de argumentos – alguns deles expostos nos dois primeiros capítulos – que se debruçam sobre o impacto das relações de *confiança* (nas instituições do mundo da vida) na construção e desenvolvimento do mundo democrático.